



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

**CARTA CONTRATO Nº 18/2020**

**CARTA-CONTRATO N. 18/2020**

**PROCESSO SEI N. [0001352-33.2020.6.22.8000](#)**

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLATAFORMA, PARA UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL POR MEIO DE MAPEAMENTOS DE PERFIL COMPORTAMENTAL DISC E MAPEAMENTO DE CARGOS, TAIS MAPEAMENTOS OFERECEM APOIO AOS PROCESSOS ALINHAMENTOS DE EQUIPES, MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS, SELEÇÃO INTERNA, DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS E OUTRAS AÇÕES DE RECURSOS HUMANOS.

**CONTRATANTE:** UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e CPF 475.106.849-00.

**CONTRATADA:** **COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 22.307.713/0001-35, com sede no endereço EPTG, Lote 72, sala 01, Setor Habitacional Vicente Pires, CEP. N°:72.005-370, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 3381-5389/(61) 99127-7397, E-



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mail(s): [administrativo@coachecom.com](mailto:administrativo@coachecom.com); alessandro@coachecom.com, neste ato representada por seu Diretor Executivo, senhor **ALESSANDRO MARTINÊZ INÁCIO PIRES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 1339155-SSP/DF e CPF 836.130.216-68.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/1993 e alterações subsequentes, a Instrução Normativa TRE-RO 004/2008 e, supletivamente, a Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), bem como Resolução TSE 23.234/2010.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93 e Carta-Contrato com fulcro no artigo 62 da Lei n. 8.666/93.

**Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Inexigibilidade de Licitação:** Despacho 1296/2020-PRES/DG, de 24/08/2020 (evento [0574120](#)).

### **DO OBJETO**

**(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto desta Carta-Contrato a contratação do serviço de plataforma, para utilização como ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos, tais mapeamentos oferecem apoio aos processos alinhamentos de equipes, mapeamento de competências comportamentais, seleção interna, desenvolvimento de lideranças e outras ações de Recursos Humanos:

**Subcláusula Primeira** – Para a presente contratação foi estabelecido o cronograma de execução a seguir:

Período	Atividades a serem executadas
Agosto/2020 a	Coleta de dados para mapeamento de perfis e cargos dos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Setembro/2020	servidores lotados na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).
Outubro/2020 a Fevereiro/2021	Suspensão das atividades de coleta.
Março/2021 a Abril/2021	Coleta de dados para mapeamento de perfis e cargos dos servidores lotados na Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJGI), Diretoria Geral e Presidência.
Maior/2021 a Setembro/2021	Coleta de dados para mapeamento de perfis e cargos dos servidores lotados na Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) e Secretaria de tecnologia da informação e comunicação (STIC).
Outubro/2021 a Dezembro/2021	Coleta de dados para mapeamento de perfis e cargos dos servidores lotados na Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) e Zonas Eleitorais.
Janeiro/2022 a julho/2022	Revisões e eventuais ajustes.

**Subcláusula Segunda** – Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo (evento [0563873](#)), a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, IV e art. 57, §1º, todos da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Esta Carta-Contrato terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eletrônico de Informação – SEI, podendo ser prorrogada, com fulcro no art. 57, §1º, da Lei 8.666/93.

**Subcláusula única** – A execução desta Carta-Contrato será realizada conforme a seguir:

1. A disponibilização da plataforma e dos códigos de acesso à plataforma deve ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação da Contratante;
2. A entrega dos relatórios, após o preenchimento dos servidores avaliados, deverá ocorrer em até 24 horas;
3. A disponibilização dos relatórios para uso deste regional será por 24 meses; e
4. A disponibilização da plataforma para controle dos relatórios, armazenamento, organização e personalização será pelo período de 24 meses, cabendo à Contratante definir se adquirirá novos créditos.

**DO VALOR**

**(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – O valor total desta Carta-Contrato é de R\$ 29.034,00 (vinte e nove mil trinta e quatro reais), para aquisição de serviços para realização dos mapeamentos/Relatórios, sendo que o valor de cada serviço é distinto, obedecendo a tabela a seguir:

Plano Anual	Características	Número de Módulos	Valor unit. Módulo	Valor total	Produto/Serviço Créditos	Valor unit. Crédito
Planos anuais do módulo COMPA NY MASTER que serão utilizados para o	O módulo destina-se ao Processo de Engenharia de Equipes	2	R\$ 665,00	R\$ 1.330,00	1.000	R\$ 1,33

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Plano Anual</b>	<b>Características</b>	<b>Número de Módulos</b>	<b>Valor unit. Módulo</b>	<b>Valor total</b>	<b>Produto/Serviço Créditos</b>	<b>Valor unit. Crédito</b>
processo de Engenharia de Equipes						

<b>Tipo de relatório</b>	<b>Características</b>	<b>Número de Mapeamentos</b>	<b>Valor unit. (c/ descontos)</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Produto/Serviço Créditos</b>	<b>Valor unit. do Crédito (com desconto de 40%)</b>
Mapeamentos de perfil comportamental DISC	Relatório completo de Perfil Gerencial Indicação do estilo de liderança e índices de performance comportamental.	296	R\$ 79,80	R\$ 23.620,80	29.600	R\$ 0,798
Mapeamentos de cargos ocupados pelos servidores que serão mapeados	Permitir o cruzamento entre a expectativa de desempenho comportamental institucional e	128	R\$ 31,90	R\$ 4.083,20	5.128	R\$ 0,798



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Tipo de relatório</b>	<b>Características</b>	<b>Número de Mapeamentos</b>	<b>Valor unit. (c/ descontos)</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Produto/Serviço Créditos</b>	<b>Valor unit. do Crédito (com desconto de 40%)</b>
	<p>o que está sendo apresentado pelo servidor no seu mapeamento de perfil;</p> <p>Analisar o índice de compatibilidade do perfil comportamental dos servidores em relação ao perfil mapeado pela instituição;</p> <p>Mapear os principais pontos fortes e pontos de melhoria comportamentais, de acordo com a expectativa da instituição, que</p>					



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Tipo de relatório</b>	<b>Características</b>	<b>Número de Mapeamentos</b>	<b>Valor unit. (c/ descontos)</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Produto/Serviço Créditos</b>	<b>Valor unit. do Crédito (com desconto de 40%)</b>
	nortearão um possível plano de desenvolvimento individual para cada servidor					

**Subcláusula Primeira** – Além das possibilidades de Relatório acima descritas, a contratação compreende o suporte técnico por telefone ou WhatsApp.

**Subcláusula Segunda** – A quantidade e os tipos de relatórios indicados na tabela acima são estimados, os quais poderão ser reformulados, conforme necessidade e negociação do CONTRATANTE com a CONTRATADA.

**Subcláusula Terceira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, inerentes aos procedimentos de execução dos serviços ora contratados, como manutenção evolutiva, preventiva e corretiva em software, atualização, impostos, taxas e demais encargos pertinentes, entre outros.

**Subcláusula Quarta** - As condições quanto à eventual reajuste, à eventual reequilíbrio e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quinta** - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia 2020, Programa de Trabalho 02122003320GP0011, Natureza da Despesa 33.90.39-01, consoante Nota de Empenho 2020NE000610, de 25/08/2020, consoante resumo a seguir:

CATEGORIA	Ordinário
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA

**DO PAGAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

**(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – O pagamento desta contratação observará o que segue:

**Subcláusula Primeira** – A contratação do serviço implicará no pagamento dos softwares e relatórios disponibilizados, sendo que o procedimento de uso obedecerá ao seguinte rito:

- a) A Contratada encaminhará para o Contratante o link de acesso ao Portal e a senha para uso;
- b) A Contratada se encarregará de instruir aos fiscais do contrato quanto ao uso do sistema e o processo de cadastramento de unidades e servidores;
- c) Após o processo de disponibilização da plataforma e orientação dos servidores, a fiscalização do contrato atestará a entrega;

**Subcláusula Segunda** - O Contratante efetuará o pagamento, após a disponibilização dos códigos de acesso aos relatórios, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (décimo) dia úteis, contados a partir do recebimento do boleto juntamente com a nota fiscal, devidamente atestada pela Seção de Lotação e Gestão de Desempenho do TRE-RO, aplicadas as retenções legais.

**Subcláusula Terceira** – No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho.

**Subcláusula Quarta** - Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

**Subcláusula Quinta** - Havendo erro nos documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**Subcláusula Sexta** – No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia da autoridade máxima do CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas, sem prejuízo de eventuais penalidades.

**Subcláusula Sétima** - Caso a contratada não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*).

**Subcláusula Oitava** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Nona** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**Subcláusula Décima** – Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Décima Primeira** - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização da presente contratação serão exercidas pelo titular da Seção de Lotação e Gestão do Desempenho, SEGED e, na eventual ausência do titular mencionado, essas funções serão exercidas pelo seu respectivo substituto, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula única** – A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Observar a disponibilidade da Plataforma e dos relatórios;
2. Controlar o uso da Plataforma para mapeamento de perfis e cargos;
3. Fiscalizar a correta prestação de serviços pela Contratada;
4. Controlar a execução financeira do Contrato dentro do limite estabelecido;
5. Manter o pagamento dentro do prazo estabelecido.
6. Atestar e receber de forma provisória e de forma definitiva (se estiver de acordo com o pactuado) os serviços contratados;
7. Recusar formalmente os serviços em desacordo com o contratado, solicitando à contratada as correções necessárias, sob pena de apuração de descumprimento contratual;
8. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
9. Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de correspondência oficial, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste instrumento, inclusive alertando a empresa acerca da proximidade de obrigações e prazos que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
10. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado; e
11. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATADA:**

1. Manter a disponibilidade da plataforma com o módulo contratado pelo tempo de 2 (dois) anos, a partir da assinatura do contrato;
2. Manter a disponibilidade dos créditos por tempo indeterminado;
3. Entregar por meio eletrônico os relatórios gerados a partir das respostas enviadas, até o prazo máximo de 24 horas após a confirmação de resposta;
4. Oferecer suporte técnico para a realização de reuniões devolutivas.
5. Cumprir todas as obrigações pactuadas;
6. Encaminhar à unidade gestora do TRE-RO as notas fiscais para pagamento desta contratação, nos moldes pactuados;
7. Corrigir ou Substituir, a suas expensas, o objeto contratado que porventura esteja em desacordo com o pactuado;
8. Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
9. Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE/RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
10. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;
12. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;
13. Cumprir todas as demais regras e condições contratadas, como também todas as demais obrigações legais e regulamentares aplicáveis à execução dos serviços.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Informar imediatamente à fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis;

15. Não subcontratar e não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;

16. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

16.1) os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses pedidos; e

16.2) somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e a substituição do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

### **DAS PENALIDADES**

**(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA**– Quanto às penalidades, deverão ser observadas o que segue:

**Subcláusula Primeira** - Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 7 do Projeto Básico e na Cláusula Quinta desta Carta-Contrato, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

**Subcláusula Segunda** - Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto desta Carta-Contrato, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

a) advertência;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Subcláusula Terceira** - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Quarta** - - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO.

**Subcláusula Quinta** - Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o Contratante, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas as regras da Instrução Normativa nº 004/08, disponível no site deste Tribunal.

**Subcláusula Sexta** - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas;

**Subcláusula Sétima** - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Oitava** - Sem prejuízo da rescisão deste instrumento – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial desta Carta-Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

**Subcláusula Nona** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Décima** - As multas previstas, não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração Contratante.

**Subcláusula Décima Primeira** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**Subcláusula Décima Segunda** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

**Subcláusula Décima Terceira** - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

**Subcláusula Décima Quarta** - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

**Subcláusula Décima Quinta** - De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

**Subcláusula Décima Sexta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

**Subcláusula Décima Sétima** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;

**Subcláusula Décima Oitava** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2;

**Subcláusula Décima Nona** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Vigésima** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Penalidades deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

**I** - Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o contratante; e

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados que sejam



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** – Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e seus §§, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Não há previsão de reajuste para a presente contratação.

**Subcláusula Sétima** – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - À execução da presente carta-contrato e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 e alterações subsequentes, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 e, supletivamente, a Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), bem como Resolução TSE n. 23.234/2010.

**Subcláusula Única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 26 de agosto de 2020.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>ALESSANDRO MARTINÊZ INÁCIO PIRES</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/08/2020, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO MARTINÊZ INÁCIO PIRES, Usuário Externo**, em 27/08/2020, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 27/08/2020, às 10:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 27/08/2020, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0576339** e o código CRC **FD5ACCDE**.

0001352-33.2020.6.22.8000

0576339v5

Criado por 006007062364, versão 5 por 006007062364 em 26/08/2020 14:39:06.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**PROJETO BÁSICO Nº 5/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEGED**

**PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, 2º, I e §§ 6º e 9º ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

### **2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada no serviço de plataforma, para utilização como ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos, tais mapeamentos oferecem apoio aos processos alinhamentos de equipes, mapeamento de competências comportamentais, seleção interna, desenvolvimento de lideranças e outras ações de Recursos Humanos.

### **3 - JUSTIFICATIVA:**

#### **3.1. DA NECESSIDADE:**

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem atuado no sentido de criar oportunidades de desenvolvimento técnico e comportamental dos servidores de todas as esferas deste regional. Para tal elaborou um modelo próprio de gestão por competências, personalizado conforme a necessidade do Setor Público, especificamente às características de sua estrutura funcional. Esse modelo é responsável pelo aperfeiçoamento do programa de capacitação e sustentado pela matriz de competências das unidades. É também responsável pela primeira revisão do processo de avaliação de desempenho obrigatório, pelo processo de seleção interna instituído pela Instrução Normativa n. 5/2011, pela criação da Política e do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

Todas essas atividades que envolvem o aperfeiçoamento humano dependem dos comportamentos evidenciados pelos servidores.

Seguidamente nosso regional tem investido em formações DISC, coaching e PNL para servidores desta SGP, com o intuito de preparar uma equipe para o desenvolvimento comportamental de servidores de todas as áreas. Também foram adquiridos, em 2019, diversos relatórios de avaliação comportamental, para uso em ações de alinhamento de equipes e desenvolvimento de servidores.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As ferramentas ora utilizadas, entretanto, compõem um conjunto disperso de relatórios, de uso apenas da SGP e dos servidores avaliados.

Com a finalidade de ampliar o desenvolvimento comportamental de servidores e aprofundar o conceito de gestão do desempenho, pretende-se agora o uso de uma plataforma, com a qual será possível identificar quais os comportamentos esperados em cada unidade e atribuição e comparar com os comportamentos potenciais dos servidores lotados nos postos ou designados para a atuação. Dessa maneira, objetivamente, os servidores terão parâmetros para seu desenvolvimento comportamental que excedem a percepção de um líder direto, ou sua opinião.

Também é necessário que o processo seja complementado por planos de desenvolvimento que possam ser acompanhados no mesmo ambiente virtual, para que, findos os prazos propostos, possa-se verificar o resultado e a efetividade das ações propostas.

A solução, portanto, permite uma visão ampla do setor, pessoas e ações, de forma a facilitar ajustamentos de conduta, ações de melhoria e acompanhamento de servidores e equipes.

Por fim, a ferramenta apresenta indicadores globais e setoriais da aproximação entre os comportamentos propostos e os potenciais comportamentos dos servidores.

A plataforma pretendida não anula a aquisição anterior, posto que são complementares e as metodologias distintas permitirão um acompanhamento ainda mais completo dos servidores.

Pretende-se, enfim, utilizar a plataforma em todas as unidades e para todos os servidores, em plano de ação a ser apresentado pela SGP, de forma que no prazo de 1 ano, todas as unidades tenham conhecimento da adequação comportamental dos servidores, etapa importante do modelo de gestão de pessoas em desenvolvimento nesta casa.

### **3.2. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Justifica-se a inexigibilidade de licitação de acordo com os artigos 25, II e 13, II e VI, da Lei 8.666/93, conforme se lê:

Art. 25. É inexigível a licitação **quando houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros **que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo**, vedada





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

II - pareceres, perícias e avaliações em geral; (...)

O Software a ser fornecido é patenteado, trata-se de um suporte tecnológico sistêmico que disponibiliza ferramentas, teste de autoconhecimento, mapeamento de perfil comportamental e outras funcionalidades destinadas à área de recursos humanos, cabendo apenas à Coachcom Soluções em Softwares Ltda.-ME a exclusividade de seu fornecimento ([0529331](#)).

Referente à contratação direta, o Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1565/2015, enunciou que para atender o disposto no inciso III do art. 26 da Lei de Licitações, poder-se-ia fazer uma comparação entre os preços praticados pelo fornecedor junto a instituições públicas ou privadas. Assim, esta Coordenadoria juntou aos presente autos as Notas Fiscais constantes no evento [0550542](#), todas com valores semelhantes aos ofertados ao nosso regional, conforme se vê na tabela abaixo:

<b>Compatibilidade com o mercado</b>				
<b>Empresa</b>	<b>Produto/Serviço (Créditos)</b>	<b>Data aquisição</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
Triunfo Propaganda, Marketing e Criatividade	4.200	31/01/2020	R\$ 0,966	R\$ 4.057,20
APAM - Associação de Pais, Alunos e Mestres do Colégio Militar	700	19/09/2019	R\$ 0,947	R\$ 662,90
JMS MARKETING E COMUNICACAO EIRELI	2100	03/04/2020	R\$ 1,023	R\$ 2.148,30

A inexigibilidade de licitação se dá quando a competição é inviável, ou seja, impossível de ser realizada. No presente caso





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a inviabilidade de licitação ocorre por ausência de outros competidores igualmente qualificados. Assim, caso realizado processo licitatório não seria atingido o superior atendimento ao interesse público, pois como demonstrado, tal processo se afigura impertinente para a Administração, balizando-se, deste modo, a adjudicação direta do objeto pretendido.

Quanto ao serviço escopo deste projeto, esse é fornecido pela empresa Coachecom, cujos dados são copiados a seguir:

Contratada: Coachecom

Razão Social: COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA - ME

Endereço: EPTG, Lote 72, sala 01, Setor Habitacional Vicente Pires - Brasília - DF. CEP. N°:72.005-370

Contato: Alessandro Martinêz - Diretor Executivo

Tel: (061) 99127-7397

E-mail: [administrativo@coachecom.com](mailto:administrativo@coachecom.com)

CNPJ: 22.307.713/0001-35

Dados Bancários: Bradesco 237

Agencia: 7979 C/c.: 0016935-8

**3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** – A contratação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

## **4 – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

<b>Período</b>		<b>Atividades a serem executadas</b>
Agosto/2020 Setembro/2020	a	Coleta de dados para mapeamento de perfis e cargos dos servidores lotados na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).
Outubro/2020 Fevereiro/2021	a	Suspensão das atividades de coleta.
Março/2021	a	Coleta de dados para mapeamento de perfis e cargos dos

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Abril/2021		servidores lotados na Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação (SJGI), Diretoria Geral e Presidência.
Maio/2021 Setembro/2021	a	Coleta de dados para mapeamento de perfis e cargos dos servidores lotados na Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) e Secretaria de tecnologia da informação e comunicação (STIC).
Outubro/2021 Dezembro/2021	a	Coleta de dados para mapeamento de perfis e cargos dos servidores lotados na Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) e Zonas Eleitorais.
Janeiro/2022 julho/2022	a	Revisões e eventuais ajustes.

**5 - DO VALOR**

O valor total a ser contratado é de R\$ 29.034,00 (vinte e nove mil trinta e quatro reais), para aquisição de serviços para realização dos mapeamentos/Relatórios. O valor de cada serviço é distinto, obedecendo à tabela a seguir:

Plano Anual	Características	Número de Módulos	Valor unit. Módulo	Valor
Planos anuais do módulo COMPANY MASTER que serão utilizados para o processo de Engenharia de Equipes	O módulo destina-se ao Processo de Engenharia de Equipes	2	R\$ 665,00	R\$ 1.330,00

Tipo de relatório	Características	Número de Mapeamentos	Valor unit. (c/ descontos)	Valor
Mapeamentos de perfil	Relatório completo de Perfil	296	R\$ 79,80	R\$ 23.720,80

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Tipo de relatório</b>	<b>Características</b>	<b>Número de Mapeamentos</b>	<b>Valor unit. (c/ descontos)</b>	<b>Valor</b>
comportamental DISC	Gerencial Indicação do estilo de liderança e índices de performance comportamental.			23.
Mapeamentos de cargos ocupados pelos servidores que serão mapeados	Permitir o cruzamento entre a expectativa de desempenho comportamental instituição e o que está sendo apresentado pelo servidor no seu mapeamento de perfil; Analisar o índice de compatibilidade do perfil comportamental dos servidores em relação ao perfil mapeado pela instituição; Mapear os principais pontos fortes e pontos de melhoria comportamentais, de acordo com a expectativa da instituição, que nortearão um possível plano de desenvolvimento individual para cada servidor	128	R\$ 31,90	R\$ 4

Além das possibilidades de Relatório acima descritas, a contratação compreende o suporte técnico por telefone ou WhatsApp.

Destaca-se que por se tratarem de produtos únicos, conforme demonstrado anteriormente, não é possível comparar os preços praticados pela Coachecom com os valores de mercado, posto que outros órgãos públicos não adquiriram os relatórios diretamente com a citada empresa. A comparação de preços com a iniciativa privada também é inviável, por questões legais.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **6 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

<b>CATEGORIA</b>	<b>Ordinário</b>
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA
VALOR	R\$ 29.034,00 (vinte e nove mil trinta e quatro reais)

### **7 - DO PAGAMENTO**

A contratação do serviço implicará no pagamento dos softwares e relatórios disponibilizados. O procedimento de uso obedecerá ao seguinte rito:

- a) A Contratada encaminhará para a Contratante o link de acesso ao Portal e a senha para uso;
- b) A Contratada se encarregará de instruir aos fiscais do contrato quanto ao uso do sistema e o processo de cadastramento de unidades e servidores;
- c) Após o processo de disponibilização da plataforma e orientação dos servidores, a fiscalização do contrato atestará a entrega

A Contratante efetuará o pagamento, após a disponibilização dos códigos de acesso aos relatórios, mediante ordem bancária, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 10 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do boleto juntamente com a nota fiscal, devidamente atestada pela Seção de Lotação e Gestão de Desempenho deste TRE-RO, aplicadas as retenções legais.

### **8 - DO CONTRATO**

O contrato terá vigência de 24 meses, podendo ser prorrogado e aditivado, com base no Art. 57, §1º, da Lei 8.666/93.

Justifica-se a necessidade da vigência superior a um ano, dada a complexidade do processo de capacitação de todos os gestores e avaliação de todas as unidades, que requer da COEDE uma quantidade considerável de atividades prévias ao uso da plataforma. Essa preparação, aliada à realização do pleito eleitoral de 2020, a ocorrer no mês de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

novembro, certamente impediria a conclusão do projeto no período de 12 meses.

### **9 - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

9.1. Observar a disponibilidade da Plataforma e dos relatórios;

9.2. Controlar o uso da Plataforma para mapeamento de perfis e cargos;

9.3. Fiscalizar a correta prestação de serviços pela Contratada;

9.4. Controlar a execução financeira do Contrato dentro do limite estabelecido;

9.5. Manter o pagamento dentro do prazo estabelecido.

### **10- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

10.1. Manter a disponibilidade da plataforma com o módulo contratado pelo tempo de 2 (dois) anos, a partir da assinatura do contrato;

10.2. Manter a disponibilidade dos créditos por tempo indeterminado;

10.3. Entregar por meio eletrônico os relatórios gerados a partir das respostas enviadas, até o prazo máximo de 24 horas após a confirmação de resposta;

10.4. Oferecer suporte técnico para a realização de reuniões devolutivas.

### **11 - DAS PENALIDADES**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

item 7, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE-RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

## **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

12.1. A disponibilização da plataforma e dos códigos de acesso à plataforma deve ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação da Contratante;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.2. A entrega dos relatórios, após o preenchimento dos servidores avaliados, deverá ocorrer em até 24 horas;

12.3. A disponibilização dos relatórios para uso deste regional será por 24 meses;

12.4. A disponibilização da plataforma para controle dos relatórios, armazenamento, organização e personalização será pelo período de 24 meses, cabendo à Contratante definir se adquirirá novos créditos.

## **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

O recebimento do objeto desta Contratação será feito pela titular da Seção de Lotação e Gestão do Desempenho, SEGED, que também será responsável pela gestão e fiscalização do contrato.

## **14 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto ao FGTS, à Receita Federal, à Justiça Trabalhista e ao CNJ, (eventos: [0567027](#), [0529332](#), [0529337](#) e [0529338](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (evento [0550533](#)).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE JULIANA DE SÁ LEITÃO CRUZ, Chefe de Seção**, em 05/08/2020, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0563873** e o código CRC **8B7CD310**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001352-33.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE LOTAÇÃO E GESTÃO DE DESEMPENHO - SEGED

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada para a implantação da plataforma personalizada para gestão do clima organizacional, bem como da gestão do modelo de competências implementado na Justiça Eleitoral em Rondônia – Prestação de serviços continuados – Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 146 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I - RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Lotação e Gestão de Desempenho – **SEGED** busca a contratação direta da empresa **COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES Ltda-ME**, CNPJ nº 22.307.713/0001-35, para o fornecimento de serviço de plataforma para utilização como ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos ([0528884](#)).

**02.** No Projeto Básico 4 ([0557357](#)) consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, cronograma de execução, valor da contratação, aderência ao planejamento orçamentário, o pagamento, o contrato, obrigações das partes, penalidades, prazo de execução, gestão e fiscalização.

**03.** Carreou-se aos autos a proposta comercial da empresa **COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA** ([0529330](#)); Declaração de Exclusividade para Licença de uso do Software Coachecom ([0529331](#)); Certidão negativa de improbidade e inelegibilidade CNJ ([0529338](#)); Certidão positiva com efeitos de negativo de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0529332](#)); Certificado de Regularidade de FGTS ([0529336](#)); Certidão negativa de débitos trabalhistas ([0529337](#)).

**04.** Consta dos autos Solicitação de Contratação elaborada pela unidade demandante/solicitante da contratação ([0543822](#)) e Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação – ETP ([0550536](#)).

**05.** Em atendimento ao Despacho nº 1053/2020 ([0553066](#)), os autos foram direcionados à Coordenadoria de Material e Patrimônio, para análise do Projeto Básico, a COFC para a Programação Orçamentária e Financeira, a SECONT para elaborar minuta do instrumento contratual e a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico. ([0557936](#)).

**06.** Após diligenciar a unidade SEGED ([0556782](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio – unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência – nos termos do item V do art. 17 da Instrução Normativa TRE n. 004/08, em sua Análise de Projeto Básico n. 75/2020 ([0557872](#)), concluiu pela regularidade do PB supracitado e seus anexos, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratação, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93. Ainda, diante da regularidade fiscal e trabalhista da empresa Coachecom Soluções em Softwares, manifestou pela adjudicação do objeto à proponente, no ato de aprovação do PB, pela Autoridade Superior.

**07.** Por fim, a programação orçamentária no valor da pretendida contratação - R\$ 29.034,00 foi juntada aos autos pelo evento [0561506](#). A SECONT elaborou a minuta da Carta-Contrato ([0562264](#)). Assim instruídos, vieram os presentes autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**08.** Inicialmente, importa esclarecer quando é possível a aquisição por inexigibilidade, baseada no art. 25 da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. **É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (negritou-se)

### **09. Nesse sentido, o Manual de Licitações & Contratos, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:**

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária. A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

**10. A empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA detém exclusividade de produção, comercialização e distribuição da *plataforma para a gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos (item 3.2 do PB)* em todo território nacional, verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por se tratar de comprovada exclusividade por atestado fornecido por Sindicato da entidade equivalente. Veja-se:**

**Acórdão 125/2005 Plenário:** Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

**11. Desta forma, entende-se que a contratação poderá ser enquadrada na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93**.**

**12. Por sua vez, o Projeto Básico nº 4/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SEGEDSEGED ([0557357](#)) contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93, **todavia forçoso tecermos algumas observações ao instrumento, relacionadas ao tipo de serviço que se deseja contratar.****



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** O item 8 do Projeto Básico 4 assim prescreve: **DO CONTRATO** - O contrato terá vigência de 24 meses, podendo ser prorrogado e aditivado, **com base no Art. 57, II**, da Lei 8.666/93 e Lei 8078/90.

**14.** Pois bem, o artigo 57, II, da Lei 8.666/93:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de **serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, **limitada a sessenta meses**;

(...) grifamos

**15.** A IN nº 05/17- MPLOG define as características dos serviços prestados de forma contínua e não contínua, vejamos:

**Art. 15.** Os **serviços prestados de forma contínua** são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**Art. 16.** Os **serviços considerados não continuados** ou contratados por escopo são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993. (grifamos)

**16.** Data vênua, o serviço descrito no Projeto Básico nº 4/2020 ([0557357](#)) não se mostra condizente com as características de serviço contínuo. No item 3 –Justificativa, a necessidade da contratação apresentada no subitem 3.1 não esclarece, por exemplo, que a interrupção dos serviços da plataforma, para utilização como ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos, objeto da contratação em análise, possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional do órgão.

**17.** Ainda, não se observa nem na Solicitação de Contratação ([0543822](#)), e nem no ETP para Dispensas e Inexigibilidade de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Licitação ([0550536](#)), qualquer observação que justifique os serviços como continuados.

**18.** A contratação de serviços pretendida mais se assemelha com serviços considerados não continuados ou contratados por escopo, ou seja, são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**19. Ademais,** a Corte de Contas admite a prorrogação de contratos administrativos com origem em inexigibilidade de licitação, vejamos:

GRUPO II – CLASSE I – Primeira Câmara

TC 017.250/2008-4

Natureza: Recurso de Reconsideração (em processo de Tomada de Contas)

Órgão: Secretaria Executiva - MS

Exercício: 2007

Recorrente: Marco Antonio Machado de Macedo (272.568.632-68).

Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA. EXERCÍCIO DE 2007. SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS SERVIDORES, SEM A VERIFICAÇÃO DA EFETIVA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 25 DA LEI Nº 8.666/1993. APLICAÇÃO DE MULTA AO COORDENADOR DE RECURSOS LOGÍSTICOS SUBSTITUTO. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. CONHECIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO RECORRIDA. NEGATIVA DE PROVIMENTO. CIÊNCIA.

**1. A prorrogação de contrato administrativo oriundo de contratação direta por inexigibilidade de licitação exige da autoridade competente a prévia demonstração da manutenção das condições de inviabilidade da competição, exigida pelo art. 25 da Lei nº 8.666/1993.**

**2. Nas contratações ou prorrogações contratuais por inexigibilidade de licitação, incumbe à autoridade administrativa comprovar a veracidade dos atestados de exclusividade de fornecimento de materiais, de equipamentos ou gêneros, emitidos por entidades indicadas no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, de molde a refletir a efetiva inviabilidade de competição, conforme orientações jurisprudenciais contidas nas Decisões nº 47/1995-TCU-Plenário e 578/2002-TCU-Plenário, bem como nos Acórdãos nº 200/2003-TCU-2ª Câmara e 838/2004-TCU-Plenário. (grifamos)**

**20.** Percebe-se que nesses casos não existe impedimento em fazer a prorrogação da vigência. Porém, exige-se que a cada prorrogação o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

órgão tome os devidos cuidados para demonstrar que somente a empresa atual contratada é capaz de continuar a prestar o serviço, ou melhor, deve-se comprovar que para o objeto em questão, a competição e, conseqüentemente, a realização de procedimento licitatório ainda é inviável.

### **III – CONCLUSÃO**

**21.** Diante do exposto, esta AJDG **solicita a leitura atenta dos itens de 12 a 20 deste opinativo**, e conclui sua análise jurídica nos termos seguintes:

a) a contratação solicitada pela Seção de Lotação e Gestão de Desempenho – **SEGED** poderá ser processada diretamente com a empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA, CNPJ nº. 22.307.713/0001-35, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público.

b) com relação a definição do tipo de serviço, caso persista o entendimento por contratação de serviços contínuos, opina pelo retorno dos autos a unidade demandante para os necessários ajustes no Projeto Básico, e após seja o novo instrumento submetido a análise da COMAP e da AJDG.

c) caso reconsidere, entendendo a contratação como serviços não continuados, necessário a alteração da fundamentação jurídica no item 8 do PB e na Cláusula Terceira da minuta de Carta-Contrato ([0562264](#)), considerando a prorrogação contratual **com fulcro no art. 57, §1º, da Lei 8.666/93**.

**22.** Acaso a opção sugerida na letra “c” do item anterior seja a eleita, esta assessoria jurídica **inferi que, com os ajustes realizados**, a minuta de Carta-Contrato juntada no evento-[0562264](#) encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Assim, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** seus termos.

**23.** Por fim, alerta-se para a necessária **ratificação da despesa pela autoridade competente** e, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c MP nº 961, de 06 de maio de 2020). Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

**A consideração da autoridade competente.**



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 24/07/2020, às 19:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0563212** e o código CRC **F799F57A**.

0001352-33.2020.6.22.8000

0563212v12

Criado por 004891562321, versão 12 por 004891562321 em 24/07/2020 19:16:22.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001352-33.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada para implantação de plataforma personalizada para gestão do clima organizacional, bem como da gestão do modelo de competências implementado na Justiça Eleitoral em Rondônia – Reanálise.

**PARECER JURÍDICO Nº 161 / 2020 - PRES/DG/AJDG**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **I - RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Lotação e Gestão de Desempenho – **SEGED** busca a contratação direta da empresa **COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES Ltda-ME**, CNPJ nº 22.307.713/0001-35, para o fornecimento de serviço de plataforma para utilização como ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos.

**02. Em análise** ao Projeto Básico 4 ([0557357](#)) esta unidade **jurídica** assim concluiu:

#### **III – CONCLUSÃO**

**21.** Diante do exposto, esta AJDG **solicita a leitura atenta dos itens de 12 a 20 deste opinativo**, e conclui sua análise jurídica nos termos seguintes:

a) a contratação solicitada pela Seção de Lotação e Gestão de Desempenho – **SEGED** poderá ser processada diretamente com a empresa **COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA**, CNPJ nº. 22.307.713/0001-35, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público.

b) com relação a definição do tipo de serviço, caso persista o entendimento por contratação de serviços contínuos, opina pelo retorno dos autos a unidade demandante para os necessários ajustes no Projeto Básico, e após seja o novo instrumento submetido a análise da COMAP e da AJDG.

c) caso reconsidere, entendendo a contratação como serviços não continuados, necessário a alteração da fundamentação jurídica no item 8 do PB e na Cláusula Terceira da minuta de Carta-Contrato (0562264), considerando a prorrogação contratual **com fulcro no art. 57, §1º, da Lei 8.666/93**.

**22. Acaso a opção sugerida na letra “c” do item acima seja eleita, esta assessoria jurídica inferi que, com os ajustes realizados, a minuta de Carta-Contrato juntada no evento 0562264 encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Assim, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** seus termos.**

**23.** Por fim, alerta-se para a necessária **ratificação da despesa pela autoridade competente** e, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c MP nº 961, de 06 de maio de 2020). Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

**A consideração da autoridade competente.**

**03.** Recepcionado os autos na SAOFC, o secretário direcionou os autos a unidade solicitante/demandante da contratação Seção de Lotação e Gestão do Desempenho - SEGED para eventuais ajustes no PB conforme referido nos itens de 12 a 22 do Parecer 146 ([0563349](#)) e, **após, à**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**COMAP** para análise do novo PB, se for o caso, bem como **encaminhar à AJDG**, nos termos do **item 21 do Parecer** em questão.

**04.** A unidade SEGED juntou aos autos o novo Projeto Básico 5 ([0563873](#)), certidão de regularidade como FGTS ([0567027](#)) e e-mail comprovando o encaminhamento do novo PB a pretensa contratada e sua ciência ([0567035](#) e [0567092](#)).

**05.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência – nos termos do item V do art. 17 da Instrução Normativa TRE n. 004/08, em sua Análise de Projeto Básico n. 93/2020 ([0567241](#)), concluiu pela regularidade do PB 5 e seus anexos, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratação, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93. Ainda, diante da regularidade fiscal e trabalhista da empresa Coachecom Soluções em Softwares Ltda - ME, manifestou pela adjudicação do objeto à proponente, no ato de aprovação do PB, pela Autoridade Superior.

**06.** Diante da conclusão do Parecer Jurídico 146 ([0563212](#)), os autos retornaram a AJDG para análise do novo Projeto Básico 5 ([0563873](#)). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Pois bem, a unidade SEGED trouxe aos autos a alteração da fundamentação jurídica do item 8 do novo Projeto Básico 5 e a devida justificativa ([0563873](#)), vejamos:

### **8 - DO CONTRATO**

O contrato terá vigência de 24 meses, podendo ser prorrogado e aditivado, com base no Art. 57, §1º, da Lei 8.666/93.

**Justifica-se a necessidade da vigência superior a um ano, dada a complexidade do processo de capacitação de todos os gestores e avaliação de todas as unidades, que requer da COEDE uma quantidade considerável de atividades prévias ao uso da plataforma. Essa preparação, aliada à realização do pleito eleitoral de 2020, a ocorrer no mês de novembro, certamente impediria a conclusão do projeto no período de 12 meses. (grifamos)**

**08. Em relação ao prazo contratual superior a 12 (doze) meses**, nos termos do que determina a Lei nº 8.666/1993, esse prazo, como regra, deve ficar adstrito à duração dos respectivos créditos orçamentários (art. 57, *caput*), sendo que para as situações previstas nos incisos do art. 57 admite-se que a vigência do contrato seja dilatada por período mais extenso.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**09.** Dentre essas exceções, destaca-se o inciso I, do artigo 57, relativa à projeto contemplado em plano plurianual, **o que a princípio vem a ser o caso dos autos**, que por possuir objeto cuja conclusão não é possível num curto espaço de tempo, podem ter seu prazo de vigência extrapolando o exercício financeiro, com duração pelo tempo necessário à sua execução, sendo possível, inclusive, sua prorrogação. Nestes casos, a duração dos contratos não está limitada ao exercício financeiro, mas atrelada ao prazo do plano plurianual.

**10.** A respeito, leciona Marçal Justen Filho (*Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 17 d. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 1108):

“Observe-se que projetos de longo prazo envolvem, usualmente, contratos de execução instantânea, mas com objeto extremamente complexo. A duração no tempo não deriva da repetição de condutas homogêneas, mas da dificuldade de completar uma prestação que exige atividades heterogêneas. **A hipótese de prorrogação de prazo relaciona-se com a impossibilidade concreta e material de completar a prestação no prazo previsto.**

Na hipótese do inc. I, é possível tanto pactuar o contrato por prazo mais delongado como produzir sua prorrogação. Ambas as alternativas são comportadas pelo dispositivo. Assim, o contrato para a construção de uma hidrelétrica pode ser pactuado com prazo de execução de cinco anos. Não é necessário pactuar o prazo de um ano, ‘prorrogável’ sucessivamente. Essa alternativa, aliás, afigura-se inadequada. A administração deve determinar, em termos precisos, o prazo necessário à execução do projeto. Fixado o prazo, o particular terá o dever de cumprir o cronograma e a Administração o de realizar os pagamentos apropriados. A faculdade de prorrogação não se destina a ser utilizada permanentemente.”

**11.** Em relação ao douto juízo acima apresentado, segundo a Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública, quando do debate a vigência e prorrogação dos contratos por escopo celebrados com entes públicos (Curitiba | v. 2 | n. 2 | p. 206 - 229 | Jul/Dez. 2016.), assim defende:

O ideal no caso dos contratos celebrados por escopo é que não haja prazo, mas, pelos comentários acima, deduz-se que se a Administração Pública considerar prudente prever um prazo, como, por exemplo, de 24 meses, uma vez passado esse prazo, procede-se à prorrogação, não havendo aqui o limite de 24 meses e nem a obrigação de o contrato ser estabelecido por períodos de 12 meses e prorrogado, via aditivo, por outros períodos de 12 meses.

A regra veda a contratação por prazo superior a 60 meses, entretanto, existem situações no mundo real que segregam essa disposição, desde que sempre seja mantida a premissa da maior vantagem ao interesse público. Não se trata de mitigar a disposição legal, mas sim integrá-la frente aos princípios estruturantes da própria regra em comento. Na doutrina a situação não passou despercebida:

*Não se extinguem pelo decurso do prazo contratos cujo objeto for a execução de uma obra ou fornecimento de bens à Administração Pública contratante. Nesses casos o contrato restará automaticamente prorrogado se chegou ao seu termo formal sem a conclusão da obra ou sem a entrega dos bens. Essa é a inteligência,*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*pois não se contratou uma obra inacabada, nem se promoveu a compra de uns poucos bens, ainda mais quando nada será pago pela conclusão da obra ou pelo fornecimento dos bens faltantes. (MEIRELLES, GASPARINI, 1990, p. 313)*

Para tais autores, o contrato extingue-se apenas com a entrega da obra/produto, sendo que o prazo legal de 60 meses não incide sobre os contratos por escopo. Impõe à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida, independentemente do tempo necessário a sua consecução, desde que por fatores alheios e absolutamente justificáveis. Nestes casos, o prazo de execução previsto no instrumento contratual é apenas moratório, não representando a extinção do pacto negocial, mas tão somente o prazo estipulado para sua execução (TORRES, 2013).

Nestes contratos o prazo é apenas limitativo do cronograma físico, e será prorrogado (com ou sem mora das partes) tantas vezes quantas sejam necessárias para a conclusão da obra independentemente de previsão contratual. Na realidade, a hipótese envolvendo os contratos por escopo constitui uma exceção à própria regra instalada no caput do art. 57 da Lei de Licitações, como acima demonstrado, de terem os contratos prazo de vigência determinado.

Os contratos por escopo que estejam atrelados ao êxito em demanda administrativa, a rigor, sempre ultrapassarão o prazo de 12 meses, prazo de vigência, por excelência, dos créditos orçamentários. Neste caso, para além da previsão na Lei Orçamentária anual das despesas que podem decorrer do contrato, faz-se imprescindível que haja previsão no Plano Plurianual (PPA).

**12.** A programação orçamentária no valor da pretendida contratação - R\$ 29.034,00 foi juntada aos autos pelo evento [0561506](#). Informa o documento que “1. Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.”

**13.** Todavia, a possibilidade de enquadramento da presente contratação no inciso I, do art. 57, ficaria atrelada a previsão no ato convocatório. No entanto a presente contratação se deu por **inexigibilidade de contratação**.

### **III - CONCLUSÃO**

**14.** Nesse compasso, considerando a justificativa apresentada pela SEGED no item 8 do novo Projeto Básico 5 ([0563873](#)), deve-se buscar que os contratos prevejam um prazo definido, próximo àquele necessário para a finalização da demanda administrativa, especialmente nas hipóteses de contratações que resultaram de inexigibilidade de licitação, onde é manifestamente impensável a realização de novo procedimento de contratação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** Com essas considerações esta AJDG ratifica seu entendimento no Parecer Jurídico 146 ([0563212](#)), e quanto ao novo Projeto Básico 5 ([0567092](#)) juntado aos autos, o instrumento em análise contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, razão pela qual recomenda sua **APROVAÇÃO pela autoridade competente**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

**16. Observa-se não constar dos autos a minuta do pertinente instrumento modelador da contratação.**

**À consideração da autoridade competente.**



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 17/08/2020, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0571366** e o código CRC **C5C67935**.

0001352-33.2020.6.22.8000

0571366v12

Criado por 004891562321, versão 12 por 004891562321 em 17/08/2020 16:21:11.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001352-33.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: Análise Minuta de Carta-Contrato - Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada para implantação de plataforma personalizada de gestão do clima organizacional, bem como da gestão do modelo de competências implementados na Justiça Eleitoral em Rondônia.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PARECER JURÍDICO Nº 167 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Lotação e Gestão de Desempenho – **SEGED** busca a contratação direta da empresa **COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA.-ME**, CNPJ nº 22.307.713/0001-35, para o fornecimento de serviço de plataforma para utilização como ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos.

**02.** O procedimento recebeu análise jurídica da pretensa contratação dos serviços da empresa **COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA.-ME**, de primeiro pelo Parecer Jurídico nº 146/2020 ([0563212](#)), e de segundo pelo Parecer Jurídico nº 161 ([0571366](#)).

**03.** Com registro no último opinativo, ficou pendente a elaboração do instrumento contratual, nos termos do artigo 62, da Lei nº 8.666/93, e sua consequente análise e aprovação, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93

**04.** Recebido o processo na Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC, por ordem do secretário, os autos foram direcionados a Seção de Contratos – SECONT, para elaboração da minuta de carta-contrato e, após, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – AJDG para emissão de parecer, conforme Remessa nº 275/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0573052](#)).

**05.** Assim instruído, o feito foi remetido a esta AJDG para análise e emissão do parecer quanto a minuta SECONT ([0572981](#)). **É o necessário relato.**

**06.** Em análise formal a minuta de Carta-Contrato, percebe-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

**07.** Diante ao exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta ([0572981](#)), estando **apto**, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

À consideração da autoridade competente.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 20/08/2020, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0573331** e o código CRC **502FE54E**.

0001352-33.2020.6.22.8000

0573331v10

Criado por 004891562321, versão 10 por 004891562321 em 20/08/2020 15:03:40.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001352-33.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada para implantação de plataforma personalizada de gestão do clima organizacional, bem como da gestão do modelo de competências implementados na Justiça Eleitoral em Rondônia.

**DESPACHO Nº 1296 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Lotação e Gestão de Desempenho – SEGED busca a contratação direta da empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA.-ME, CNPJ nº 22.307.713/0001-35, para o fornecimento de serviço de plataforma para utilização como ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar ([0550536](#)).

Os autos foram instruídos com a proposta comercial da empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA ([0529330](#)); Declaração de Exclusividade para Licença de uso do Software Coachecom ([0529331](#)); Certidão negativa de improbidade e inelegibilidade CNJ ([0529338](#)); Certidão positiva com efeitos de negativo de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União ([0529332](#)); Certificado de Regularidade de FGTS ([0529336](#)); Certidão negativa de débitos trabalhistas ([0529337](#)).

Inicialmente, a unidade demandante elaborou o Projeto Básico nº 4/2020 - SEGED ([0557357](#)), constando a descrição detalhada do objeto, justificativa, cronograma de execução, valor da contratação, aderência ao planejamento orçamentário, o pagamento, o contrato, obrigações das partes, penalidades, prazo de execução, gestão e fiscalização. O valor da contratação foi estimado em **R\$ 29.034,00 (vinte e nove mil trinta e quatro reais)** conforme item 5 do referido Projeto Básico.

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico (evento [0552581](#)) por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 e pela adjudicação do objeto à empresa proponente ([0557872](#)).

A SPOF atestou a disponibilidade orçamentária e financeira do valor da contratação, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0561506](#)), juntando aos autos a programação orçamentária no valor de R\$ 29.034,00 (vinte e nove mil trinta e quatro reais). Por sua vez, a Seção de Contratos - SECONT juntou a minuta de Carta-Contrato ([0562264](#)).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Diretoria Geral para análise, a qual emitiu Parecer Jurídico nº 146/2020 ([0563212](#)) opinando pela possibilidade de contratação direta da empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA, por inexigibilidade de licitação prevista no caput do art. 25 da lei nº 8.666/93 e pela publicação do ato de ratificação apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, em razão do valor não ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (Acórdão TCU 1336/2006-Plenário). Entretanto, ressaltou que o serviço oferecido pela empresa não





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se caracteriza como serviço contínuo. Nestes termos, opinou pelo retorno dos autos a unidade demandante para os necessários ajustes no Projeto Básico, caso persistisse o entendimento por contratação de serviços contínuos, ou, caso a unidade reconsiderasse, entendendo a contratação como serviços não continuados, pela alteração da fundamentação jurídica no item 8 do PB e na Cláusula Terceira da minuta de Carta-Contrato ([0562264](#)), considerando a prorrogação contratual com fulcro no art. 57, §1º, da Lei 8.666/93.

Considerando a ressalva da AJDG, a SEGED elaborou o novo Projeto Básico 5/2020 ([0563873](#)), com alteração da fundamentação jurídica do item 8 para o artigo 57, §1º, da Lei 8.666/93, e contendo a justificativa para a manutenção da vigência superior a um ano.

A COMAP se manifestou pela regularidade do Projeto Básico nº 5/2020 e pela adjudicação do objeto à empresa proponente ([0567241](#)).

Considerando a alteração da fundamentação jurídica e a justificativa apresentada pela SEGED no item 8 do novo Projeto Básico 5/2020 - SEGED ([0563873](#)), a AJDG opinou pela sua aprovação e ressaltou que não constava nos autos até aquele momento a minuta de carta-contrato com os devidos ajustes ([0571366](#)).

Em atendimento ao Despacho nº 1327/2020 - SAOFC ([0572617](#)) a SECONT elaborou nova minuta ([0572981](#)) com as alterações solicitadas.

Em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral aprovou os termos da referida minuta mediante o Parecer Jurídico nº 167/2020 ([0573331](#)).

A SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou favorável à contratação direta da empresa supra ([0573397](#)).

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa proponente detém exclusividade na produção, comercialização e distribuição da *"plataforma para a gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos"* em todo território nacional ([0529331](#)).

A unidade demandante justifica no item 3.1 do Projeto Básico ([0563873](#)) a necessidade da contratação com a finalidade de ampliar o desenvolvimento comportamental de servidores e aprofundar o conceito



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de gestão do desempenho que, por meio da referida plataforma, será possível identificar quais os comportamentos esperados em cada unidade e atribuição e comparar com os comportamentos potenciais dos servidores lotados nos postos ou designados para a atuação. Dessa maneira, objetivamente, os servidores terão parâmetros para seu desenvolvimento comportamental que excedem a percepção de um líder direto, ou sua opinião.

Diante do exposto, considerando as justificativas apresentadas no Projeto Básico e a informação da existência de recursos orçamentários para a cobertura da despesa pretendida ([0561506](#)), e com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade de licitação, reconhecida pela SAOFC e descrita no art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

**I - Aprova o ETP nº 2/2020 - SEGED ([0550536](#)) e o Projeto Básico nº 5/2020 - SEGED ([0563873](#))** porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, I e art. 14 da Lei n. 8666/93;

**II - Autoriza a despesa e a contratação direta da empresa COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES Ltda-ME**, CNPJ nº 22.307.713/0001-35, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93;

**III - Adjudica o objeto à empresa supra**, com emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 29.034,00 (vinte e nove mil trinta e quatro reais), em seu favor; e

**IV - Determina a publicação do ato de ratificação apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em homenagem ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c MP nº 961, de 06 de maio de 2020), com fulcro no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC para a continuidade, visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 24/08/2020, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0574120** e o código CRC **09CB93F3**.

---

0001352-33.2020.6.22.8000

0574120v11

---

Criado por 026098941465, versão 11 por 004577222313 em 24/08/2020  
18:16:20.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSÃO : 25Ago20 NUMERO: 2020NE000610  
ESPECIE : 01 - ORIGINAL  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 22307713/0001-35 - COACHECOM SOLUCOES EM SOFTWARES LTDA  
ENDERECO : EPTG CHACARA 72 NT SALA 01 SETOR HABITACIONAL  
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 72005-370

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM APOIO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL, CONF. PARECER JURÍDICO DA AJDG (0571366), DESPACHOS 1296 DA DIRETORIA GERAL (0574120) 1362 DA SAOFC (0575476) E 388 DA COFC (0575618) DO PROCESSO ABAIXO.

CLASS : 1 14122 02122003320GP0011 167832 0100000000 339039 000000 ADM ASSINA  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE  
AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: 00013523320206228000  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 29.034,00

VINTE E NOVE MIL E TRINTA E QUATRO REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 29.034,00  
VALOR DO SEQ. : 29.034,00

FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE PLATAFORMA PARA UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL POR MEIO DE MAPEAMENTOS DE PERFIS COMPORTAMENTAL DISC E MAPEAMENTO DE CARGOS.

T O T A L : 29.034,00

LIA MARIA  
ARAUJO  
LOPES:260468

Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468  
DN: cn=LIA MARIA ARAUJO LOPES, ou=Coordenadoria de Material e Patrimônio, ou=Secretaria de Administração, ou=Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, c=BR  
Data: 2020.08.26 13:59:51 -0400

LIA MARIA ARAUJO LOPES  
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA  
COSTA  
FILHO:16251784253

Assinado de forma digital por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253  
DN: cn=FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, ou=Coordenadoria de Material e Patrimônio, ou=Secretaria de Administração, ou=Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, c=BR  
Data: 2020.08.26 13:59:51 -0400

FRANCISCO P. COSTA FILHO  
GESTOR FINANCEIRO



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

Ano 2020 - n. 168

Porto Velho, sexta-feira, 28 de agosto de 2020

15

Origem: Primavera de Rondônia/RO

Relator: Juiz FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO

Resumo: Partido Político - Órgão de Direção Municipal - Requerimento

Recorrente: PARTIDO PROGRESSISTA - PP

Advogado: Manoel Veríssimo Ferreira Neto - OAB/RO n. 3766

Advogado: Luiz Paulo da Silva Batista - OAB/RO n. 10552

Advogada: Erica Cristina Claudino de Assunção - OAB/RO n. 6207

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

2. PROCESSO SEI n. 0002142-90.2015.6.22.8000

Origem: Porto Velho/RO

Relator: Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

Resumo: Renovação de requisição da servidora ALDALÉIA DA CUNHA FRANÇA COQUEIRO para prestar apoio à 2ª Zona Eleitoral - Porto Velho/RO

Porto Velho-RO, 27 de agosto de 2020.

(a) Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

Presidente do TRE/RO.

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

#### **EXTRATOS DE CARTA-CONTRATO**

##### **PROCESSO: SEI N. 0001352-33.2020.6.22.8000**

Espécie: Extrato da Carta-Contrato n. 18/2020/TRE-RO, assinada em 27/08/2020. Contratada: COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA - ME, CNPJ n. 22.307.713/0001-35. Objeto: Contratação do serviço de plataforma, para utilização como ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos, tais mapeamentos oferecem apoio aos processos alinhamentos de equipes, mapeamento de competências comportamentais, seleção interna, desenvolvimento de lideranças e outras ações de Recursos Humanos. Fundamento Legal: Contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 27 de agosto de 2020, podendo ser prorrogada. Valor: R\$ 29.034,00. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, o Senhor ALESSANDRO MARTÍNEZ INÁCIO PIRES. Ato de autorização da despesa: DESPACHO Nº 1296/2020 - PRES/DG/GABDG, de 24/08/2020.

#### **EXTRATOS DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE**

##### **PROCESSO: SEI N. 0001352-33.2020.6.22.8000 - MAPEAMENTOS DE PERFIL COMPORTAMENTAL DISC E MAPEAMENTO DE CARGOS**

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 - Plenário. Carta-Contrato n. 18/2020/TRE-RO, assinada em 27/08/2020. Contratada: COACHECOM SOLUÇÕES EM SOFTWARES LTDA - ME, CNPJ nº 22.307.713/0001-35. Objeto: Contratação do serviço de plataforma, para utilização como ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos, tais mapeamentos oferecem apoio aos processos alinhamentos de equipes, mapeamento de competências comportamentais, seleção interna, desenvolvimento de lideranças e outras ações de Recursos Humanos. Fundamento legal



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

Ano 2020 - n. 168

Porto Velho, sexta-feira, 28 de agosto de 2020

16

para contratação: 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93. Valor: R\$ 29.034,00. Nota de Empenho: 2020NE000610, de 27/08/2020, Programa de Trabalho: 02122003320GP0011. Elemento Despesa nº. 33.90.39.01. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 27 de agosto de 2020, podendo ser prorrogada. Justificativa: Necessidade de utilização de ferramenta de apoio à gestão do clima organizacional por meio de Mapeamentos de perfil comportamental DISC e Mapeamento de Cargos. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico nº. 146/2020 - PRES/DG/AJDG, em 24/07/2020, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessora Jurídica, CPF 716.688.707-97. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho nº. 1296/2020- PRES/DG/GABDG, de 24/08/2020, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, CPF n. 475.106.849-00.

### **1ª ZONA ELEITORAL**

#### **INTIMAÇÕES**

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL(12377) Nº 0600048-85.2020.6.22.0001**

PROCESSO : 0600048-85.2020.6.22.0001 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (NOVA MAMORÉ - RO)

RELATOR : 001ª ZONA ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO

RESPONSÁVEL : ANDRE LUIZ BAIER

ADVOGADO : ROSA MARIA DAS CHAGAS JESUS (391/RO)

RESPONSÁVEL : IVONETE BARBOSA PARDIM

ADVOGADO : ROSA MARIA DAS CHAGAS JESUS (391/RO)

REQUERENTE : PARTIDO DOS TRABALHADORES PT DE NOVA MAMORE

ADVOGADO : ROSA MARIA DAS CHAGAS JESUS (391/RO)

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

#### **JUSTIÇA ELEITORAL**

001ª ZONA ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Prazo: 05 (cinco) dias.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (12377):0600048-85.2020.6.22.0001

PRESTADOR: Diretório municipal do Partido dos Trabalhadores - PT - de Nova Mamoré-RO

RESPONSÁVEIS: André Luiz Baier (Presidente) e Ivonete Barbosa Pardim (Tesoureira)

ADVOGADO DO REQUERENTE E DOS RESPONSÁVEIS: Rosa Maria das Chagas Jesus - OAB /RO 391-B

Por ordem do Excelentíssimo Senhor PAULO JOSÉ DO NASCIMENTO FABRÍCIO, Juiz Eleitoral, a 1ª Zona Eleitoral de Rondônia intima para que, no prazo de cinco dias, qualquer partido político possa impugnar a prestação de contas apresentada pelo partido acima identificado em relação ao exercício 2019, bem como relatar fatos, indicar provas e pedir abertura de investigação para a apuração de qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, os partidos e seus filiados estejam sujeitos (artigo 31, § 2º da Resolução TSE 23.604 /2019).

Guajará-Mirim, 27 de agosto de 2020.

DIOGO ÂNDERSON LOPES E SILVA

Chefe de Cartório Eleitoral